



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Projetos Estratégicos

Nota Técnica nº 18/2020/DPE/SNSH/MDR.

Referência: 59000.020763/2020-71

À Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH

Assunto: Ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF

1. OBJETIVO

1. Por solicitação da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, elaborou-se a presente Nota Técnica com o objetivo de subsidiar o pedido de ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, disciplinado pela Agência Nacional de Águas – ANA, na Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, em sua condicionante III do art. 4º.

2. OUTORGA PISF

A Resolução ANA nº 411, de 26 de setembro de 2005, outorga ao Ministério da Integração Nacional - MI - o direito de uso de recursos hídricos do Rio São Francisco, por vinte anos, para captação de água nas seguintes condições:

- Vazão firme disponível para bombeamento de 26,4 m³/s, a qualquer tempo, correspondente à demanda projetada para o ano de 2025 para o consumo humano e dessedentação animal na região; e
- Vazão excepcional máxima diária de 114,0 m³/s quando o reservatório sobradinho estiver em condições muito favoráveis de reservação.

O art. 4º desta Resolução estabelece que a outorga poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado por descumprimento das seguintes condicionantes, *in verbis*:

"I - Instituição, de acordo com o Termo de Compromisso assinado pelo Governo Federal e Estados receptores, do Sistema de Gestão do Projeto de Integração de Bacias, até 31 de dezembro de 2006;

II - Início da implantação física do empreendimento em até dois anos, contados da data de publicação desta Resolução; e

III - Início da operação da primeira fase do empreendimento em até seis anos, contados da data de publicação desta Resolução; e

IV - Implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento."

A Lei nº 9.984, de 2000, em seu art. 5º, § 2º, permite que a ANA amplie o prazo para início da operação do empreendimento:

"Art. 5º Nas outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, serão respeitados os seguintes limites de prazos, contados da data de publicação dos respectivos atos administrativos de autorização:

I – até dois anos, para início da implantação do empreendimento objeto da outorga;

II – até seis anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado;

III – até trinta e cinco anos, para vigência da outorga de direito de uso.

§ 1º Os prazos de vigência das outorgas de direito de uso de recursos hídricos serão fixados em função da natureza e do porte do empreendimento, levando-se em consideração, quando for o caso, o período de retorno do investimento.

§ 2º Os prazos a que se referem os incisos I e II poderão ser ampliados, quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 3º O prazo de que trata o inciso III poderá ser prorrogado, pela ANA, respeitando-se as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos.

§ 4º As outorgas de direito de uso de recursos hídricos para concessionárias e autorizadas de serviços públicos e de geração de energia hidrelétrica vigorarão por prazos coincidentes com os dos correspondentes contratos de concessão ou atos administrativos de autorização." (grifo nosso)

O prazo estabelecido inicialmente na condicionante III, art. 4º da Resolução ANA nº 411 foi até 26 de setembro de 2011, sendo prorrogado por três anos através da Resolução ANA nº 37, de 13 de fevereiro de 2012, por mais dois anos pela Resolução ANA nº 1.202, de 18 de agosto de 2014, por mais 18 meses pela Resolução ANA nº 1.133, de 19 de setembro de 2016, por meio da Outorga nº 301, de 15 de março de 2018, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2018, e por fim, por meio da Outorga nº 2.122, de 21 de dezembro de 2018, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2019, e por meio da outorga nº 3.082, de 26 de dezembro de 2020, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2020, sendo este o prazo atual para início de operação da primeira fase do PISF e implantação da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento (anexos 1 a 5 - SEI 1589605).

3. IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Histórico

Inicialmente o Governo Federal estimou a conclusão das obras do PISF para o ano de 2012. Contudo, diante da complexidade de execução do empreendimento, que envolve a construção de 477 km de canais, 4 túneis, 14 aquedutos, 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 9 subestações de 230 kV, além de 270 km de linhas de transmissão em alta tensão, o cronograma da obra em geral não permitiu atender a previsão inicial.

Em 2007, o Ministério da Integração Nacional - MI (atualmente MDR) realizou a licitação do PISF com o Projeto Básico da obra, conforme previsto na Legislação vigente e após análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao longo da sua execução, com o detalhamento do projeto básico por meio do projeto executivo, foi necessário incluir novos serviços que não estavam contemplados nos contratos já celebrados.

Diante do surgimento desses novos serviços e a partir das diferenças entre o Projeto Executivo e o Projeto Básico, foi necessário renegociar os contratos em 2011 e 2012, ocasionando a necessidade de novas licitações.

Ainda em 2012, em atenção às recomendações do Tribunal de Contas da União, o Ministério do Desenvolvimento Regional tomou providências para melhoria da gestão do empreendimento. Foi criada em Recife a Coordenação Geral de Acompanhamento de Obras e Fiscalização, instituídas reuniões mensais de monitoramento junto às contratadas e alterado o modelo de contratação das supervisoras de obra.

Além das dificuldades já pontuadas, o Ministério teve que superar desafios como:

- conclusão de procedimentos de desapropriação em áreas que possuíam grande número de propriedades sem documentações das terras e conflitos sociais na faixa de obra;
- correção de interferências das obras com outras estruturas já existentes (estradas, rodovias, linhas de transmissão de energia, aglomerados rurais e urbanos, adutoras de água, entre outros); e
- gestão da grande quantidade de contratos firmados, com baixo contingente de técnicos. Até o ano de 2012 já haviam sido firmados 57 contratos com mais de 90 empresas envolvidas para execução de obras, supervisão, gerenciamento e fornecimento de equipamentos elétricos e hidromecânicos. Atualizando estes dados para 2020, são mais de 100 contratos firmados.

O Ministério da Integração Nacional estabeleceu então novo modelo de licitação, contratação e acompanhamento dos trechos de obras definindo três Metas em cada Eixo. No segundo semestre de 2013 o MI concluiu os procedimentos licitatórios para a contratação dos saldos remanescentes de obra necessários para conclusão do empreendimento, remobilizando todas as frentes de serviço necessárias para a conclusão do empreendimento. Desta forma, com base nos cronogramas contratuais de execução das empresas previu-se a conclusão do empreendimento para 2015.

Em face dos novos procedimentos adotados os resultados alcançados foram reconhecidos inclusive pelos órgãos de controle, conforme registrado na audiência pública no Senado Federal ocorrida em 06/05/2014, na qual foi apresentada a execução das obras do PISF (disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/plenario-e-comissoes/comissao-temporaria-do-rio-sao-francisco>>).

Em 2016, o planejamento de entrega das obras sofreu novo ajuste tendo em vista componentes alheios à governabilidade do MI, tais como greves em alguns trechos de obras, e também outros de difícil resolução como foram os relacionados à manutenção do desempenho satisfatório das contratadas após a execução de itens mais atrativos financeiramente para as empresas.

Sendo assim, após adequações e novos ajustes, o planejamento foi revisto e foi prevista entrega do empreendimento a partir do ano de 2016, com conclusão final do enchimento dos reservatórios ao longo de 2017.

Eixo Norte

No Eixo Norte ocorreram imprevistos nas obras da Meta 1N, que ficaram paralisadas por um período em função da situação da construtora Mendes Júnior, responsável pela execução deste trecho. Em junho de 2016 a construtora comunicou ao MI a impossibilidade de cumprimento dos contratos firmados. O motivo alegado foi que a declaração de inidoneidade da empresa por parte do então Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) prejudicou sua capacidade financeira para levar seus compromissos à frente.

O contrato com a referida empresa teve de ser rescindido e o MI licitou os remanescentes de obra da Meta 1N e em 20 de junho de 2017 foi emitida Ordem de Serviço para o consórcio Emsa-Siton, com prazo de execução previsto para 12 meses.

O consórcio Emsa-Siton, desde o início, não teve a mobilização esperada mostrando-se incapaz de cumprir seus compromissos. O Ministério teve de proceder mais uma vez à rescisão contratual em 25/04/2018, contratando por fim, em 04/05/2018 o consórcio Ferreira Guedes-Toniolo, com prazo de execução dos serviços de 12 meses a partir da emissão da ordem de serviço. Atualmente a disponibilidade orçamentária do MDR tem sido o fator preponderante para ditar a velocidade das entregas do consórcio contratado uma vez que sua mobilização se manteve a contento e seu ritmo de obra responde adequadamente aos comandos do Ministério.

Após a retomada das obras foi estabelecida a meta de conclusão do caminho das águas até o reservatório Jati (CE) no 3º trimestre de 2018. Porém, em agosto de 2018 ocorreu um evento de percolação de água em quantidades acima do esperado juntamente com carreamento de material no corpo do dique do canal WBS 1217 (CN 13). O dique está localizado entre a EBI-3 e o Reservatório Negreiros e sua recuperação exigiu que fosse interrompida a condução de água pela infraestrutura, impossibilitando o cumprimento da meta estabelecida para entrega de água no Ceará.

Após adoção das medidas construtivas para corrigir problema estrutural no dique a jusante da terceira estação elevatória - EBI-3, em agosto de 2019 as estações de bombeamento puderam ser religadas para continuar com o cronograma de testes, cuja meta é permitir os testes de entrega de água no Ceará, através do reservatório Jati ao final do primeiro trimestre de 2020, bem como realizar os testes nas estruturas a jusante até os pontos de entrega à Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em 26 de junho de 2020, houve a chegada das águas no reservatório de Jati e seu enchimento ocorreu de forma natural dentro de todos os parâmetros de segurança. No dia 20 de agosto, com o reservatório já em condições operacionais foi liberado água para os testes no Cinturão de Águas do Ceará – CAC e no dia seguinte foi aberta a válvula dispersora para que a água siga o encaminhamento para enchimento das estruturas a jusante.

No dia 21 de agosto, no período da tarde, houve um rompimento do conduto forçado que alimenta a válvula e causou um forte jato de água me direção ao pé da barragem. A força da água também carregou a subestação de energia que alimentava o acionamento da comporta, que tornou impossível o fechamento para estanqueidade do jato de água. Foi necessário a aquisição de um grupo gerador para o acionamento da comporta. Dado o avançado horário quando o fechamento da comporta, não foi possível identificar qual a dimensão do estrago feito ao pé do talude de jusante e foi declarado a emergência e a evacuação da população a jusante.

Está sendo realizada a perícia para o levantamento das causas do rompimento e a proposta de intervenção para a saneamento da situação. Além disso, também foi realizada a inspeção de segurança especial – ISE e para que seja autorizada a volta da operação conforme exigido pelo órgão fiscalizador – ANA, será necessário o atendimento às pendências listada no relatório.

Esses fatos intervieram no planejamento do enchimento das estruturas a jusante sendo necessário que haja o atendimento a essas exigências para a volta da operação do reservatório de Jati e seja apresentado um novo plano.

Ressalta-se que o caminho das águas até o Reservatório de Caiçaras está concluído e atualmente está em execução o trecho Caiçara até Avidos com 38 % de execução.

O Eixo Norte encontra-se com 97,13% de execução física (setembro de 2020), sendo:

- Trecho I (da captação no rio São Francisco até o Reservatório Jati) – 99,09%;
- Trecho II (da estrutura de controle do reservatório Jati até o reservatório Engenheiros Ávidos) - 98,90%

Estágio Atual – Eixo Leste

Em março de 2017 o Eixo Leste atingiu 100% de execução operacional (caminho das águas), percentual que considera apenas as estruturas diretamente envolvidas na a passagem da água.

Em 30/03/2016 foi obtida a Autorização de Testes e Comissionamento para o Eixo Norte até o Reservatório Caiçaras e para o Eixo Leste até a Galeria Monteiro, e em 03 de março de 2017 foi conseguida a permissão para os trechos entre a Galeria Monteiro e o Açude Poções (Leste) assim como entre o Reservatório Caiçaras e o Açude Engenheiro Ávidos (Norte).

Em 03/03/2017 houve o rompimento do maciço da barragem de Barreiros no ponto de contato com a laje de concreto da Tomada de Uso Difuso. Em função da emergência para atender a região de Campina Grande, à beira do colapso hídrico, o MI determinou que a construtora implantasse enscadeiras para impedir a continuidade dos danos e preservar a segurança da estrutura e da região a montante. Tendo sido verificada a estabilidade da infraestrutura os testes continuaram e no segundo semestre de 2018 foi executada a correção definitiva do problema.

Em 10/03/2017 o MI começou a liberar água aduzida pelo PISF no desbloqueio do Eixo Leste em Monteiro (PB), o que permitiu a chegada de água ao açude Boqueirão (PB) em abril de 2017, contribuindo para que a região saísse de um severo racionamento de água. Foi iniciada também entrega de água no reservatório de Campos, beneficiando o abastecimento da cidade de Sertânia (PE).

Em 16/03/2017 foi detectada ocorrência de *piping* na Barragem de Cacimba Nova e outros pontos de percolação na fundação, aparentemente. Foi executada enscadeira para proteger o local do vazamento principal permitindo em seguida a correção do problema por meio de injeção pressurizada de nata de cimento.

Em 17/11/2017 foram iniciados os testes no Reservatório Muquém, com abertura de sua tomada d'água possibilitando o abastecimento do Reservatório Barra do Juá (PE), e consequentemente o município de Floresta (PE).

Em dezembro de 2017 foi emitida ordem de serviço para empresa contratada para os serviços de pré-operação do PISF que desde então tem se responsabilizado pela pré-operação do Eixo Leste.

Em março de 2018 foi tomada a decisão de interrupção do bombeamento deste Eixo com a finalidade de concluir as obras nos reservatórios Poções e Camalau. Durante esta interrupção foram realizadas diversas intervenções necessárias para corrigir falhas identificadas.

O bombeamento do sistema foi retomado em setembro de 2018, quando foram iniciados os testes no Reservatório Moxotó, com derivação de água para Adutora Moxotó-Arcoverde.

Em dezembro de 2018 a Barragem de Cacimba Nova foi classificada como em nível de emergência em função da impossibilidade de monitoramento da percolação pelo barramento por conta da acumulação excessiva de água a jusante que não poderiam ser identificadas como contribuição dos riachos Maravilha, Mel ou do PISF. Com a classificação da barragem em estado de emergência, em abril de 2019, por recomendação da ANA, o bombeamento do Eixo Leste foi interrompido para averiguar a segurança do reservatório Cacimba Nova.

Em junho de 2019 foi realizada uma Inspeção Especial de Segurança da barragem Cacimba Nova, que reclassificou a barragem com o nível de atenção e determinou que fossem tomadas uma série de providências durante o enchimento. Em julho de 2019, foi retomado o bombeamento para novas avaliações e em agosto os equipamentos de monitoramento emitiram alerta durante a fase final de enchimento da barragem, fazendo com que o MDR determinasse nova interrupção. Diante disso, o consórcio pré-operador executou estudo geofísico para orientar as sondagens necessárias que foram contratadas por meio de pregão eletrônico, os serviços estão previsto para serem concluídos em 10 de outubro de 2020.

Durante os estudos geofísicos, foi necessário o enchimento do barramento a níveis acima do mínimo operacional. Foi identificado, pelas leituras piezométricas, que a Barragem de Cacimba Nova tem condições de operar na sua cota mínima operacional, permitindo a passagem de volumes para estruturas a jusante daquele reservatório.

Por fim, um elemento importante para entender o atual estágio do Eixo Leste foi o abandono da obra pela construtora responsável no início de 2019. As tratativas entre as partes levaram ao desfecho de uma rescisão unilateral dos contratos por parte do MDR. Os serviços remanescentes, os quais não impedem o caminho das águas, estão com a previsão de lançamento do Edital para 02 de outubro de 2020, com previsão de 18 meses de serviços.

Conclusão Física do Empreendimento

Quanto ao Eixo Norte, atualmente a Meta 2N foi concluída em abril/2020 e o prazo de encerramento contratual da construtora da Meta 1N é junho de 2021.

Em relação a Meta 3N, foi aditado ao contrato o trecho de Caiçaras até Avidos que está com 38% de execução e previsão de conclusão é julho de 2021.

Em relação ao Eixo Leste, com o rompimento do contrato com a construtora responsável pelo eixo leste, sua conclusão física depende da contratação dos remanescentes cujo o edital está previsto para ser lançado em 02 de outubro de 2020.

O andamento da execução dos serviços remanescentes também está diretamente ligado ao fluxo de recursos para a obra. O repasse financeiro no exercício 2018 já havia sido prejudicado diante das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, não sendo possível concluir todas as pendências naquele ano, sendo que em 2019 o cenário de restrição orçamentária se repetiu. Embora a contratação foi prevista na LOA de 2020 na ação orçamentária do eixo leste, foi necessário fazer rearranjos nas janelas orçamentárias devido a dificuldade nas restrições orçamentárias na ações do Eixo Norte e Ramal do Agreste.

4. INÍCIO DE OPERAÇÃO COMERCIAL DO PISF

De acordo com resolução ANA nº 2.333/2017 (anexo 6 - SEI 1589605) a “Operadora Federal poderá dar início à operação comercial com cobrança de tarifas, mesmo que de forma parcial, após assinatura do contrato entre a Operadora Federal e a Operadora Estadual, aprovação do PGA pela ANA e comprovação da instalação, calibração e testes dos equipamentos de medição de vazões situados nas estações de bombeamento e nos Pontos de Entrega ativos no trecho que entrará em operação comercial”.

A tabela a seguir enumera os requisitos para o início da operação comercial e sua condição de atendimento.

Requisitos	Respostas

Emissão da Licença de Operação	Em outubro de 2018 o Ibama concedeu a Licença de Operação nº 1464/2018 (anexo 7 - doc. SEI 1051083) ao Eixo Leste.
Aprovação do Plano de Gestão Anual	Os Estados Beneficiados apresentaram seus Planos Operativos Anuais à Codevasf seguindo os parâmetros e prazos estabelecidos pela ANA. Não há sinais que esse item seja um possível motivo para atrasar o início da operação comercial.
Instalação e aferição de medidores de vazão	Os medidores dos principais Pontos de Entrega se encontram em funcionamento. A conexão dos medidores ao sistema de automação do PISF e sua operação em tempo real ainda não foi possível por questões de segurança. O MDR já iniciou o trabalho para realizar a aferição e teste dos medidores.
Assinatura do contrato de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF e início da cobrança de tarifas.	Resolução via arbitragem no âmbito da Advocacia-Geral da União.

Em dezembro de 2018 o MDR solicitou à Advocacia-Geral da União (AGU) uma análise de admissibilidade para tratar na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) o impasse entre a União e os Estados Beneficiados sobre modelo de pagamento e garantias que vem impedindo a assinatura do contrato de prestação de serviço de adução de água bruta do PISF.

Em fevereiro de 2019 o MDR apresentou individualmente aos Governadores dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte que se manifestaram favoravelmente e então houve a admissão formal na CCAF em 08/04/2019.

Desde então, o conciliador designado vem conduzindo reuniões com as partes envolvidas. Já ocorreram muito avanços relacionados a definição quanto ao modelo de pagamento e garantias, porém ainda há alguns pontos a serem acordados. Está prevista reunião no início de outubro para discussão a respeito destes últimos pontos, para que seja possível a formalização de contrato ainda no exercício 2020.

5. CONCLUSÃO

A União tem dispendido um enorme esforço para possibilitar o início da operação comercial do PISF e fazer valer os compromissos originalmente assumidos entre os entes federativos para garantir a sustentabilidade do empreendimento e a consecução dos seus objetivos na melhoria do bem-estar da população beneficiada.

Por causa da imensa complexidade do Projeto ainda existem elementos que estão sendo ajustados continuamente, mas que, no entendimento do MDR, não impedem o início da operação comercial, mesmo que de forma parcial. No Eixo Leste, por exemplo, as estruturas do "caminho da água" foram testadas ao longo de todo o período de pré-operação e em verdade já são consideradas pelos Estados como fonte para sistemas de abastecimento, a despeito da não formalização da operação comercial.

Contudo, tendo em vista as diretrizes adotadas pelo MDR de pautar sua ação em uma racionalidade mais prudente com o objetivo de seguir boas práticas para a segurança de suas infraestruturas e tratar adequadamente os riscos, principalmente, de cumprimento de cronogramas, é recomendável assumir a postura prudente de solicitar a **alteração da condicionante III do art.4º, da Resolução ANA nº 411/2005, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF para até 31 de dezembro de 2022.**

Essa opção por um tempo adicional se baseia principalmente na incerteza quanto à solução das não-conformidades do Reservatório de Cacimba Nova, no Eixo Leste e as dificuldades da operação no Eixo Norte vindas do incidente no reservatório de Jati. Somente após a conclusão do estudo geotécnico por sondagens é que se terá uma perspectiva segura da necessidade, tipo e prazos de eventuais intervenções, sempre visando a segurança das pessoas e do patrimônio público.

Em relação ao Eixo Norte, é necessário uma avaliação do tempo paralisado o reservatório de Jati, que ainda precisa de decisões que irão se basear tanto da perícia que está sendo elaborada quanto do Relatório de Inspeção de Segurança Especial – ISE, para que seja definido a possibilidade do retorno para o enchimento das estruturas do Eixo Norte.

Respeitosamente,

Brasília/DF, 01 de outubro de 2020.

[assinado eletronicamente]
 RAFAEL RIBEIRO SILVEIRA
 Gerente de Projetos

1. De acordo
2. Encaminho à SNSH para providências

[assinado eletronicamente]
 OSCÁLMY PORTO FREITAS
 Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ribeiro Silveira, Gerente de Projetos**, em 01/10/2020, às 17:20, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Oscálmir Porto Freitas, Diretor(a) do Departamento de Projetos Estratégicos**, em 01/10/2020, às 17:31, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2803246** e o código CRC **ADCB3648**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

Ofício nº 581/2020/SNSH-MDR

À Senhora,
Christianne Dias Ferreira
Diretora Presidente
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
Setor Policial, Setor 5, Quadra 3, Blocos B,L,M e T
70610-200 – Brasília/DF

Assunto: Solicitação de ampliação de prazo. Condicionante III do art.4º, da Resolução ANA nº 411/2005.

Senhora Diretora,

1. Trata-se de solicitação de ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, disciplinado pela Agência Nacional de Águas – ANA, na Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, em sua condicionante III do art. 4º.
2. Tendo em vista as diretrizes adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional de pautar sua ação em uma racionalidade mais prudente com o objetivo de seguir boas práticas para a segurança de suas infraestruturas e tratar adequadamente os riscos, principalmente, de cumprimento de cronogramas, solicitamos a alteração da condicionante III do art.4º, da Resolução ANA nº 411/2005, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF para até 31 de dezembro de 2022, conforme explanação da Nota Técnica nº 18/2020/DPE/SNSH/MDR 2803246, a qual manifesto concordância.

Atenciosamente,

SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA
Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Anexo: Nota Técnica nº 18/2020/DPE/SNSH/MDR 2803246



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Soares de Souza Costa, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 01/10/2020, às 18:44, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2805463** e o código CRC **BCF912DF**.

Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 900 - Brasília/DF – Telefone: (61) 2034-5828 - CEP 70067-901